



RENAMO ACONSELHA TRÉGUAS PARA PRIMAZIA DO DIALOGO



Muchanga, Portavoz da RENAMO

Por ocasião da primeira reunião da Comissão mista Governo-Renamo que se realizou em Maputo com vista a preparar as condições para o reinício do diálogo político no País com objectivo de assegurar uma paz permanente e perpetua no nosso Moçambique, o Portavoz António Muchanga chamou a imprensa para denunciar as manobras militares que acontecem em Gorongosa.

Classificando o encontro da Comissão mista como a marca um sinal histórico e de satisfação por parte de todos aqueles que são amantes da Paz no País e no mundo, o Prota-voz sublinhou: "O Partido Renamo e o seu

Presidente Afonso Macacho Marceta Dhlakama, regozijam-se com este facto mas também lamentam que enquanto as duas equipas se preparam para o frente a frente, há desdobramento militar na Gorongosa estando as forças do Governo em Mucodza a dirigem-se a Sandjunjira local onde reside o Presidente Dhlakama actualmente."

O orador enfatizou que: "É nosso entendimento que no lugar de dar primazia aos desdobramentos militares, seria mais importante que a oração e desejo das chefias militares seja inspirar as equipas criadas a encontrarem um entendimento político com vista a ultrapassarmos esta crise o mais rápi-

do possível."

Muchanga citou o adágio popular segundo o qual as pessoas se entendem falando, e apontou como prudente "que demonstremos com actos concretos que o diálogo é principal solução do conflito que nos opõe, mandando parar as ofensivas militares que estão a ter lugar em Gorongosa por exemplo e outros cantos do País de modo a assegurar-se que o Presidente Dhlakama se concentre no diálogo político que tem lugar em Maputo pois a equipa da RENAMO pretenderá contactá-lo sempre que fôr necessário e devem-se garantir condições para que ele possa corresponder."

VAMOS DIALOGAR COM ARMAS EM PUNHO?

Teve lugar na quarta-feira, 25 de Maio, em Maputo a primeira reunião da Comissão Mista criada pelo Governo e a RENAMO para preparar a agenda do encontro ao mais alto nível entre os presidentes Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama, com vista ao restabelecimento da Paz e reconciliação nacional. Apesar da cordialidade com que decorreu o encontro como deram a conhecer as partes à saída desta primeira sessão, há que denunciar e também repudiar, o facto do mesmo ter decorrido em paralelo com as ofensivas das forças militares do Governo sobre a Gorongosa, local onde actualmente se encontra a residir o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama.

Não há dúvidas que uma operação militar visa essencialmente fragilizar o Presidente Afonso Dhlakama ou mesmo eliminá-lo fisicamente. Esta atitude do Governo, levanta dúvidas sobre a sua seriedade e objectivos que pretende com o tal encontro ao mais alto nível, que no entender de muitos não passa de mais um truque.

Continuamos a perceber que o partido-governo de Filipe Nyusi mantém a sua empreitada de fazer capitular a RENAMO. Aliás, isso já foi dito muitas vezes pela Associação dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional que sempre avançou opções militares para neutralizar a RENAMO. Neste momento em que as partes parecem estar dispostas - apesar de fortes suspeitas sobre as reais intenções que se pretende com o tal encontro "ao mais alto nível"- à procurarem uma solução para o actual conflito politico-militar e social que o país atravessa, seria prudente e de bom humor, que ambas as partes, sobretudo do lado do Governo, se bem que existe vontade de retomar o diálogo demonstrassem acções concretas, como por exemplo a cessação imediata de incursões militares contra alvos da RENAMO.

A mobilização de forças militares e material bélico, deixa a nú as intenções de Filipe Nyusi e a Frelimo, que estão convencidos de que podem vencer a RENAMO por via militar e "acabar de vez com os problemas". Tendo em conta que qualquer processo comercial precisa de muita serenidade, a RENAMO como afirmou o porta-voz António Muchanga, entende que com as ofensivas

militares tendo como alvo o Presidente Afonso Dhlakama, não vão permitir que ele esteja disponível e fundamentalmente empenhado de forma exclusiva no assunto "diálogo político". As ofensivas vão obrigar o Líder Afonso Dhlakama a concentrar-se em estratégias de auto-defesa, prejudicando o Dialogo tão precioso para os interesses nacionais.

Tal como disse o próprio Presidente Dhlakama, se, de facto, Filipe Nyusi está interessado no diálogo, como tem estado a dizer por aí aos quartos ventos, não se justifica numa altura em que as partes estão aparentemente empenhadas na busca da Paz e consensos por via do diálogo, ele próprio como comandante-em-chefe, continue a mandar tropas para sitiarem a pessoa com quem diz pretender se encontrar para conversar. Deixando de lado as considerações sobre se as caras que compõem a comissão mista podem de facto nos trazer alguma coisa, não deixaríamos de suspeitar da seriedade deste diálogo, tendo em conta o local onde a comissão foi convocada a se reunir que é na Presidência da República. Porquê na Presidência da República?

Entendemos que na Presidência da República não é o lugar ideal para a realização desses encontros. Havendo vontade, podem as partes encontrar um lugar neutro para se reunirem.

Um aspecto igualmente a ter em conta é o secretariado desta comissão mista. Quem são os que fazem parte do secretariado da comissão. A RENAMO não pretende um secretariado igual ao que houve no diálogo Político da "Joaquim Chissano", em que a sua composição era apenas de elementos idos do Governo, concretamente do gabinete do senhor José Pacheco. Como consequências, constantemente a RENAMO reclamou que as actas consensualizadas eram alteradas na calada da noite ou nos espaços que antecederiam as outras sessões.

De resto, estamos atentos a este processo para vermos se será desta vez que a Frelimo vai tomar seriedade. Nós, RENAMO, continuamos com as nossas suspeitas enquanto os encontros se mantiverem na Presidência da República e no terreno as partes continuam com as armas em punho. Mas vamos ver o que os termos de referência vão nos trazer nos próximos dias.

Ficha técnica

Director: Jeronimo Malagueta;

Editor: Gilberto Chirindza;

Redacção: Natercia Lopez;

Colaboradores: Chefes regionais de infor-

mação;

Maquetização: Sede Nacional da Renamo

Av. Ahmed Sekou Touré nº 657;

Email: boletimaperdiz@gmail.co.mz

Cells: 829659598, 844034113;

www.renamo.org.

Nº de Registo

07/GABINFO-DEC/2015



RENAMO CONDENA CRIME INSTITUCIONALIZADO A PARTIR DO PARLAMENTO



Falando em nome da Bacada que chefia, Ivone Soares condenou veementemente o rapto e baleamento macabro do Professor Doutor José Jaime Macuane, politólogo nacional, comentador do Programa PONTOS DE VISTA da STV ocorrido em Maputo.

Ela considerou extremamente grave que a intolerância política neste país resvale para cenários em que o pensar diferente, manifestar

desagrado com relação a má gestão da coisa pública, ou pretender fazer uso dos direitos constitucionais como o plasmado no artigo 51 da Constituição de Moçambique que determina:

“todos os cidadãos têm direito a liberdade de reunião e manifestação nos termos da lei” resulte em sequestro, espancamento, baleamento e assassinato como sucedeu com:

- Constitucionalista Gilles Cistac (assassinado)
- Presidente Afonso Dhlakama (escapou a várias tentativas de assassinato);
- Secretário-geral da Renamo (baleado);
- Jurista Carlos Jeque (baleado);
- Juíz Silica (assassinado);
- Jornalista Paulo Machava (assassinado);
- Procurador Vilanculos (assassinado);
- Coronel José Manuel (assassinado);
- Presidente do Partido Ecologista João Massango (espancado);
- 2º Vice-Presidente da Assembleia provincial de Inhambane António Sautane Chulo (baleado);
- Chefe Provincial da Renamo no Sector da Autoridade Tradicional, Usos e Costumes de Inhambane Aly Jane (assassinado);
- Chefe do Sector de Informação da Renamo em Catandica (baleado e perseguido dentro das instalações hospitalares em Maputo);
- e tantos outros que vivem nas matas por temer os esquadrões da morte.

Soares sublinhou que “é com profunda indignação que vemos o crime organizado ditar o destino da vida dos moçambicanos” e indagou em acto contínuo: “Quem será o próximo?” para logo sentenciar que “Isto deve acabar!”

“A Semana em foco”

Um programa radiofónico que faz análise dos temas políticos e sociais de destaque semanal.

Sintonize e escute a frequência 90.0FM Rádio Terra Verde

Acompanhe em todos os sábados das 11:00 às 12:00 horas

Participe! 821075995 ou 840135011



VITÓRIA DA DEMOCRACIA



A Comissão Permanente da Assembleia da República, hoje dia 23 de Maio de 2016, convocou uma Sessão Extraordinária para os dias 8 e 9 de Junho de 2016 para debater com, com presença do Governo, em sede do plenário da Assembleia da República a Dívida Pública. Esta é uma vitória da Democracia que contou com o empenho da Bancada da RENAMO para que sejam esclarecidas as dívidas escondidas contraídas ilegalmente pelo Governo da Frelimo. Para obrigar o Governo a esclarecer sobre a dívida a bancada tomou as seguintes iniciativas:

Requeru à Assembleia da República, em plenário, tempestivamente, no dia 6 de Abril de 2016, a convocação do Governo, com carácter urgente, em conformidade do artigo 29 do Regimento da Assembleia da República, para o devido esclarecimento sobre a matéria, o que foi rejeitado prontamente pela Bancada Parlamentar da Frelimo.

Requeru mais uma vez, no dia 25 de Abril de 2016, à Presidente da Assembleia da República, a convocação do Governo com agendamento urgente do debate de questões de interesse público e actual atinente à dívida pública do país.

No dia 26 de Abril de 2016, a Ban-

cada Parlamentar da Renamo submeteu um ofício ao Conselho de Ministros, pedindo informação e respectivos documentos sobre a dívida pública interna e externa de Moçambique e seu real valor, tendo em conta as dívidas escondidas a luz do Direito à Informação (até hoje não obteve resposta).

No dia 6 de Maio de 2016, a Bancada Parlamentar da Renamo remeteu um ofício ao Venerando Juiz Presidente do Tribunal Administrativo, participando para a responsabilização dos agentes do Estado envolvidos nos Avais que excederam os limites legais impostos pela lei e a ocultação de empréstimos referentes aos anos de 2013 e 2014.

Finalmente, a Comissão Permanente da Assembleia da República, hoje dia 23 de Maio de 2016, convocou uma Sessão Extraordinária para os dias 8 e 9 de Junho de 2016 para debater com, com presença do Governo, em sede do plenário da Assembleia da República a Dívida Pública.

A Bancada Parlamentar da Renamo, reitera o compromisso de, em nome dos cerca de vinte e cinco milhões de moçambicanos, exigir do governo da Frelimo todos os esclarecimentos necessários e documenta-

ção respectiva sobre esta dívida que está a preocupar a nossa sociedade.

Falando a propósito, a chefe Ivone Soares manifestou a esperança de receber respostas responsáveis, não falsas com o devido suporte documental que permita desanuviar este ambiente de suspeição sobre a gestão da coisa pública. Ela enfatizou que não está claro:

- Porque a Assembleia da República não teve conhecimento destes negócios mal parados?
- Quem contraiu as dívidas e quem foram os assinantes dos contratos e, estes foram mandatados por quem?
- Que outros efeitos a dívida terá sobre a vida dos cidadãos dado que o custo de vida já está muito elevado; os bancos não têm dinheiro e começa a haver escassez de produtos nos mercados.
- O custo da deterioração da imagem internacional do país, em termos de captação do investimento estrangeiro, continuidade da cooperação e dignidade dos moçambicanos.

Há muitas questões que o governo da Frelimo deve explicar muito bem, e ser responsabilizado por continuar a violar a Constituição transformando negócios privados em dívidas soberanas.

A DEMOCRACIA É PROMOTORA DOS DIREITOS HUMANOS

Decorreu na cidade sul-africana de Joanesburgo a segunda sessão ordinária da na IV Legislatura do Parlamento Pan Africano, entre os dias 29 de Abril a 13 Maio. Nesta reunião, a Deputada Ivone Soares, que é ao mesmo tempo Vice-presidente do Grupo da Juventude do Parlamento Pan Africano teve uma intervenção de peso, onde disse em alusão as liberdades dos cidadãos, o seguinte:



2016 Ano dos Direitos Humanos com enfoque para as Mulheres

Sua Excelência Presidente do Parlamento Pan-Africano

Suas Excelências Vice-Presidentes

Suas Excelências Membros do Secretariado do Parlamento Pan-Africano

Suas Excelências Senhoras e Senhores Deputados

Caros Jovens Deputados

Irmãos e Irmãs

As liberdades do cidadão e da cidadã, o respeito pelos seus direitos, o respeito pelos direitos humanos, quando casados com o respeito pelo princípio da organização e realização de eleições livres, justas, transparentes, periódicas, aí estamos perante a democracia.

A democracia é promotora dos direitos humanos, direitos da mulher e direitos das raparigas em particular.

Onde a democracia é efectiva, reduzem-se os conflitos, as violações dos direitos humanos, das mulheres

e das raparigas em particular.

A justiça funciona para reprimir qualquer tentativa de opressão do povo, dos homens e das mulheres. A democracia é a base para estabilidade sociopolítica e cultural e representatividade pois, com ela, a soberania está no povo e o povo é que manda, não os seus servidores.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que, como direito humano, existe principalmente o direito à vida, existe o direito à paz, existe o direito ao meio ambiente saudável...

Cada qual pode valer-se de todos os direitos e todas as liberdades proclamadas na presente Declaração, sem distinção nenhuma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião, quer seja ela política ou de outra índole, seja de origem nacional, social, de cultura, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Além disso, não se fará qualquer distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país,

ou do território a que pertencer qualquer pessoa, quer este país ou território seja independente, sob tutela, não autónomo, ou submetido a uma limitação qualquer de soberania.

Então eu pergunto a esta augusta assembleia: será que nos nossos países, nos vossos países, é respeitado este princípio universal dos direitos humanos? Que cada um faça a sua própria reflexão.

A Agenda 2063 diz que a África vai ter a paridade do género completa, as mulheres a ocuparem pelo menos 50% dos lugares públicos elegíveis e metade dos cargos de gestão nos sectores públicos e privados.

A Mesa do Parlamento Pan-Africano mostra que a nível da direcção desta casa já ultrapassamos os 50%, pelo menos no grupo. Estamos de parabéns minhas mães e minhas irmãs.

E o que irá acontecer se, com estes esforços esforços para que as mulheres ocupem mais de 50%, ou tenham igualdade em 50%, *continua na pág 6*



continuação da pág 5 o que é que irá acontecer se estas mesmas mulheres, depois de imponderadas, ultrapassarem a fasquia dos 50%, tivermos que fazer uma agenda para que o homem também volte a ocupar o seu espaço que estamos a tentar equilibrar? É um desafio e não é consensual esta discriminação positiva. É um desafio também!

Não é porque temos “maminhas”, passe a expressão, porque temos o corpo desenvolvido, não porque temos o sexo feminino, é preciso que o desafio dos casamentos e relacionamentos prematuros sejam combatidos. Haver raparigas com o corpo já desenvolvido, não pode ser motivo para as suas famílias, os seus companheiros de jornada julgarem que esta rapariga, esta jovem, esta futura mulher madura já está pronta para contrair casamento.

Deixem as raparigas crescerem!

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos ninguém pode ser submetido a tortura nem a castigos ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Não pode haver imposição de dor física, psicológica. No entanto, notamos nalgumas situações as raparigas serem submetidas à crueldade, a mulher ser submetida à crueldade, à intimidação, à punição.

Estas violações acontecem às vezes porque alguém quer obter uma informação ou só porque alguém quer apenas ter prazer torturando a mulher, torturando a rapariga. Eles se esquecem que causam dano físico ou mental. Muitas vezes estas actuações são levadas a cabo ou pelos governos ou pelas sociedades em que elas estão inseridas ou pelos familiares ou por indivíduos que as aterrorizam castigando-as sem motivo plausível.

A Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e outros tratados que penalizam os actos cruéis desumanos ou degradantes, também repudia que a rapariga seja submetida a violência sexual.

‘Nenhum Estado poderá, tomando conhecimento que no seu território existam raparigas, mulheres, crianças em autêntica situação de tortura psicológica ou estando a fugir de tortura psicológica, dor física ou actos desumanos e degradantes, nenhum Estado poderá expulsar, devolver ou extraditar quem esteja nessa situação de perigo ou quem tenha sido submetido a tortura.

Todas as formas de violência e discriminação social, económica, política ou outra ordem contra a mulher e rapariga baseadas no género devem ser eliminadas.’

A mulher e a rapariga gozarão todos os seus direitos caso, nós todos, nos comprometamos em cumprir com a agenda 2063.

Serão eliminadas todas as práticas sociais nocivas à saúde da mulher, práticas como a mutilação genital, práticas como os casamentos prematuros assim como todas as outras barreiras para uma saúde e educação de qualidade que possa garantir que esta futura mulher tenha um crescimento sadio.

Qualquer acto de violência contra a rapariga, contra mulher, deve ser denunciado. A mutilação genital (que muitas vezes temos acompanhado) tem que ser denunciada. Conhecendo casos de mutilação genital as pessoas podem recorrer à Amnistia Internacional ou ao ACNUR, que lidam com as questões dos Direitos Humanos, sem deixar, naturalmente, de lado as estruturas competentes dos países em que isto acontece.

A partir da idade núbil, o homem e a mulher, sem nenhuma restrição, têm direitos iguais de contrariar matrimónio. Este direito de constituir família, deve ser um direito que cada um, que em sã consciência, dele goza. A mulher não pode casar por imposição, a rapariga não pode casar por imposição. Deixem **continua na pág 7**

crescer!

Toda a pessoa, quer sozinha quer em colectividade, tem direito a propriedade.

Este direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos foi amplamente debatido e discutido nesta assembleia (Parlamento Pan Africano) ao longo destes dias onde falamos em particular do direito ao acesso à terra.

A mulher sofre de restrições ou de exclusão de direito de propriedade, sofre de restrição ao financiamento, o que tem que ser severamente denunciado. Por isso aqui estamos a discutir esta matéria.

Um desafio que se coloca tem a haver com a participação política, tem a haver com a participação económica e nos processos de tomada de decisões, pois aí podemos eliminar o papel secundário a que a mulher muitas vezes está relegada.

A Declaração Universal de Direitos Humanos diz ainda no seu artigo 21º que toda a pessoa tem direito a tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente quer por intermédio de representantes.

A mulher tem também direito a acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos. Esta vontade deve exprimir-se por eleições honestas que devem ter lugar periodicamente por sufrágio universal, igual, directo e voto secreto.

A nossa Agenda 2063 fala da criatividade, da energia e da capacidade inovadora da juventude africana que será a força dinamizadora da transformação política, social, cultural e económica de África, o que nos irá ajudar a ultrapassar os grandes desafios que neste momento nós mulheres temos: estando sempre à margem dos Estados, em particular o que se reflecte na desigualdade de oportunidades nesses mesmos Estados.

Para a rapariga o grande desafio que se coloca para que haja maior respeito pelos direitos humanos tem a ver com a superação do flagelo dos casamentos prematuros e forçados.

Acredito que temas como estes, não são temas que nós podemos dizer que chegámos a uma conclusão. Tenho a consciência de que temos uma longa caminhada a percorrer para atingirmos o ideal que a Agenda 2063 promete. Algumas de nós, se vivermos até 2063, poderemos erguer a bandeira branca da vitória sobre todos os males que hoje nos preocupam.

As mulheres e crianças em particular, são as mais afectadas pelas calamidades, pelas guerras, pela pobreza, discriminação, desemprego, analfabetismo, imposições culturais, religiosas, mortes, mortes também pós-parto, assédio, violência, casamentos prematuros, acesso ao transporte público, preconceitos, falta de assistência médica e medicamentosa e falta de educação de qualidade.

Minhas irmãs e meus irmãos,

Ao iniciar falei que o princípio da democracia nos ajudaria a resolver este problema. Mesmo a terminar, permitam-me que diga que democracia pressupõe liberdades civis, pressupõe separação dos poderes,

alternância do poder, transparência na gestão da coisa pública, igualdade de todos perante a lei, participação popular, respeito pela diversidade de opinião, distribuição equitativa de verbas, tolerância, o poder subordinar-se às leis, direitos humanos e liberdades fundamentais, o respeito pelas minorias com direito a identidade.

Quando o nosso continente, o continente africano, respeitar a democracia e os seus princípios e aceitar essa mesma democracia, acreditem que os direitos das raparigas, os direitos das mulheres serão também respeitados porque a democracia pressupõe a existência de respeito pelos direitos humanos.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Palácio do Parlamento Pan Africano

Midrand, 12 de Maio de 2016.

(Dra Maria Ivone Soares)

- Primeira Vice-presidente da Juventude no Parlamento Pan Africano
- Membro da Comissão Permanente de Justiça e Direitos Humanos
- Chefe do Grupo Nacional de Moçambique junto ao Parlamento Pan Africano
- Chefe da Bancada Parlamentar da Renamo.



ESQUECERAM-SE DE DECLARAR A FALÊNCIA

Em Moçambique, a Democracia já faliu. O usufruto da Liberdade de Expressão vale morte, para ter acesso a boas oportunidades financeiras incluindo de emprego é necessário falar “politicamente correcto” quer dizer, falar de acordo com os interesses da ala dominante do Partido FRELIMO, infelizmente ainda no poder, agir como se estivéssemos no tempo do partido único onipotente ignorando os direitos adquiridos pelo Povo a partir dos Acordos de Roma.

Os ditadores que chegaram ao extremo de empurrarem o país para a Guerra Civil, chegam a sonhar em voz alta quando sonham com o momento em que os deputados da RENAMO seriam expulsos do Parlamento para sufocarem total e definitivamente a voz da razão, pois se sentem incomodados com deputados que sejam verdadeiros defensores dos direitos do povo, quer ao nível nacional, quer ao nível dos interesses específicos das pequenas comunidades, dos distritos ou das províncias.

Os ditadores querem liberdade para matar, roubar e destruir. Passam-se para vítimas quando o Povo se organiza para defender os seus direitos violados. Usam mentiras para ganhar o apoio da opinião pública Nacional e Internacional. Recusaram as autarquias provinciais, recusaram e continuam a recusar a formação do Exército Nacional Único para Moçambique segundo os entendimentos de Roma, ou a integração dos soldados da RENAMO nos quadros dos ministérios da Defesa e do Interior para falar em linguagem actualizada na se-

quência da “pressão militar” de Muxúngue.

Esta recusa sistemática em aceitar a integração de outros moçambicanos na edificação da vida e do futuro da Pátria Moçambicana não se confina às áreas da Defesa, Segurança e Interior. Estende-se a todas as vertentes da vida nacional e tem o fito de assegurar condições para o desenvolvimento do cabritismo a todos os níveis e sem barreiras de espécie alguma.

Se os partidos com assento no Parlamento e a sociedade civil estivessem representados no Conselho de Ministros, nas empresas estratégicas da nossa economia, e nos vários ministérios, devidamente representados mesmo, seria difícil o aparecimento de uma dívida clandestina contraída pelo próprio Presidente da República como estamos vendo agora.

As facilidades antidemocráticas da FRELIMO chegam até a embaraçar os seus próprios técnicos, uma vez que empurram especialistas competentes para situações ridículas e humilhantes por terem que responder perante erros que nem sabem como aconteceram.

Envergonham também a nós moçambicanos, pois não conseguimos colocar fora do poder esta corja de malandros que roubam o poder que pelo voto conferimos à RENAMO, para abusarem desse poder e conseqüentemente, abusarem de nós. Nosso próprio Governo não nos respeita e continua na Ponta Vermelha. O Presidente da República conhece bem os resultados eleitorais, sabe qual é a província cuja população quer um Governador da FRELIMO e quais são as províncias que querem

governador da RENAMO. Porém, como a RENAMO dificilmente se deixa encabritar, o Chefe de Estado não pode pôr gente da RENAMO no seu elenco. Nem mesmo o Líder da RENAMO pode ter uma função significativa no Governo. Se quiser, tem que aceitar ser palhaço. Estar a acompanhar aquele que só é Presidente porque a Lei tem lacunas que foram aproveitadas para falsificar resultados, batendo palmas sem poder se desmarcar das decisões e dos posicionamentos que anulam todas as conquistas democráticas alcançadas pela RENAMO quando ele é quem lidera a luta deste partido.

O monopartidarismo ao nível do Conselho de Ministros e dos quadros dos ministérios tem como efeito principal a manutenção das mentiras antigas e a facilitação das mentiras novas, pois a presença de membros da RENAMO pode estragar os esquemas de falsidade montados ao serviço de interesses escusos que levam ao cabritismo desenfreado.

Os que vivem da corrupção temem pelo desmantelamento dos esquemas que a sustentam. Estão incrustados aos modus vivendo das jogadas, das falsidades elevadas até ao nível dos acordos internacionais, às falsas facilidades ou roubo.

Para haver Paz, o Presidente da República tem que ter coragem a sua promessa eleitoral, de uma governação inclusiva. Para haver Paz, o Presidente da FRELIMO tem que ter coragem de mandar a sua bancada retomar o debate da lei das autarquias provinciais que a bancada da RENAMO já apresentou e os frelimistas reprovaram por capricho.